

Deutsche Sparkassen
Leasing do Brasil S.A. -
Sociedade de
Arrendamento
Mercantil

**Demonstrações financeiras em
30 de junho de 2017**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	4
Balanço patrimonial	8
Demonstração do resultado	9
Demonstração da mutação do patrimônio líquido	10
Demonstração do fluxo de caixa - Método indireto	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12

Relatório da Administração

Srs.Acionistas

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.S^{as} as demonstrações financeiras da Deutsche Sparkassen Leasing do Brasil S.A. Sociedade de Arrendamento Mercantil, acompanhadas das respectivas notas explicativas, relativas aos semestres findos em 30 de junho de 2017 e de 2016, elaboradas de acordo com a lei das sociedades por ações, com observância às normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil e Conselho Monetário Nacional, acompanhado do relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras.

Durante esse primeiro semestre a Instituição conseguiu mais uma vez obter bons resultados apesar do ambiente econômico turbulento pelo o qual o país vem atravessando, sendo capaz de aumentar a sua carteira de arrendamento de forma significativa fechando o período com um montante de R\$ 79 milhões com 91 contratos ativos, ante os R\$ 16 milhões e 25 contratos de 2016.

Em 30 de junho de 2017 a Instituição apurou um prejuízo de R\$ 624 que é significativamente inferior ao prejuízo para o mesmo período do ano anterior, o que demonstra que o incremento de suas operações em breve trará resultados positivos projetados num futuro bastante próximo.

Principais indicadores

	2017	2016
Ativos Totais	116.379	51.484
Carteira de Arrendamento	79.026	16.133
Resultado do Exercício	(624)	(2.712)
Patrimônio Líquido	38.835	41.005
Índice de Basiléia II	37,44%	92.14%

Remuneração de acionistas

Consoante estatuto social, caso sejam apurados lucros em cada exercício, a Instituição poderá distribuir 15% dos resultados, após efetuadas as deduções legais e a constituição das reservas legais, podendo ainda os dividendos não serem distribuídos, mas sim convertidos em eventual aumento de capital.

São Paulo, 25 de agosto de 2017.

A Diretoria

Deutsche Sparkassen Leasing do Brasil S.A. - Sociedade de Arrendamento Mercantil.



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Deutsche Sparkassen Leasing do Brasil S.A. - Sociedade de Arrendamento Mercantil
São Paulo - SP

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da Deutsche Sparkassen Leasing do Brasil S.A. - Sociedade de Arrendamento Mercantil ("Leasing"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para Opinião com Ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Leasing em 30 de junho de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Base para opinião com ressalva

A Leasing registra as suas operações e elabora as suas informações contábeis com a observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil na rubrica "provisão para superveniência ou insuficiência de depreciação", classificada no ativo permanente, conforme mencionado nas notas explicativas às demonstrações financeiras nº 3h e 6. Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com as disposições da Lei nº 6.099/74, para as rubricas do ativo circulante e realizável a longo prazo, e rendas e despesas de arrendamento, mas resultam na apresentação do resultado e do patrimônio líquido de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.



Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Deutsche Sparkassen Leasing do Brasil S.A. - Sociedade de Arrendamento Mercantil, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Leasing é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Leasing é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Leasing continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Leasing ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Leasing são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.



Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Leasing.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Leasing. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Leasing a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de agosto de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

A handwritten signature in purple ink, appearing to read 'Carlos Massao Takauthi'.

Carlos Massao Takauthi
Contador CRC 1SP206103/O-4

Deutsche Sparkassen Leasing Do Brasil S.A. - Sociedade De Arrendamento Mercantil

Balanço patrimonial em 30 de junho de 2017 e de 2016

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2017	2016	Passivo	Nota	2017	2016
Circulante		12.293	30.824	Circulante		17.872	4.970
Disponibilidades	4	8.035	28.200	Empréstimos e Financiamentos	11	11.260	714
Depósitos bancários		152	82	Empréstimos Internos		5.840	-
Aplicações financeiras		7.883	28.118	Empréstimos Externos		5.420	714
Operação de arrendamento mercantil	6 e 7	(34)	(56)	Outras obrigações	12	6.612	4.256
Operação de arrendamento a receber - setor privado		27.514	8.611	Fiscais e previdenciárias		877	246
(Rendas a apropriar de arrendamento mercantil)		(27.367)	(8.556)	Diversas		5.735	4.010
(Provisões para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa)		(181)	(111)				
Outros créditos	8	4.258	2.650	Exigível a longo prazo		59.672	5.509
Diversos		4.258	2.650	Empréstimos e Financiamentos	11	35.995	2.856
Outros valores e bens		34	30	Obrigações por empréstimos internos		15.970	-
Despesas antecipadas		34	30	Obrigações por empréstimos externos		20.025	2.856
Realizável a longo prazo		1.149	-	Outras obrigações	12	23.677	2.653
Operação de arrendamento mercantil	6 e 7	(142)	-	Fiscais e previdenciárias		1.291	49
Operação de arrendamento a receber - setor privado		73.858	13.982	Diversas		22.386	2.604
(Rendas a apropriar de arrendamento mercantil)		(73.858)	(13.982)	Patrimônio líquido	13	38.835	41.005
(Provisões para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa)		(142)	-	Capital		38.599	38.599
Outros créditos		1.291	-	Reserva de lucros		236	2.406
Diversos	8	1.291	-				
Permanente		102.937	20.660				
Imobilizado de arrendamento	9	101.265	18.682				
Bens arrendados		102.424	19.662				
Superveniência de depreciação		7.665	197				
Depreciações acumuladas		(8.824)	(1.177)				
Imobilizado de Uso	10	1.672	1.978				
Bens de uso próprio		2.280	2.169				
Depreciações acumuladas		(608)	(191)				
Total do ativo		116.379	51.484	Total do passivo		116.379	51.484

As notas explicativas são parte integrante da demonstração financeira

Deutsche Sparkassen Leasing Do Brasil S.A. - Sociedade De Arrendamento Mercantil

Demonstração dos resultados

Semestres findos em 30 de Junho de 2017 e de 2016

(Em milhares de Reais, exceto o valor do lucro por ação)

	Nota	2017	2016
Receitas da intermediação financeira		13.898	4.178
Resultado de operações de arrendamento mercantil	15a	13.377	1.923
Resultado com títulos e valores mobiliários	15b	521	2.255
Despesas de intermediação financeira		(10.183)	(1.554)
Despesas de Captação		(3.768)	358
Operações de arrendamento mercantil	15a	(6.415)	(1.546)
Provisão para operação de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	6	(182)	(94)
Resultado bruto da intermediação financeira		3.533	2.650
Outras receitas (despesas) operacionais		(4.444)	(5.158)
Receita de prestação de serviços		36	17
Despesa de pessoal	15c	(2.529)	(3.503)
Outras despesas administrativas	15d	(1.894)	(1.711)
Despesas tributárias	15e	(355)	(173)
Outras despesas operacionais		(215)	(185)
Outras receitas operacionais	15f	513	31
Resultado operacional		(911)	(2.628)
Receitas(despesas) não operacionais		-	(35)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		(911)	(2.663)
Imposto de renda e contribuição social		287	(49)
Contribuição social		(54)	-
Imposto de renda diferido	12a	(1.575)	(49)
Ativo fiscal diferido	8	1.916	-
Prejuízo líquido no semestre		(624)	(2.712)
Nro. de ações	12	38.598.986	38.598.986
Prejuízo líquido por ação		(0,01617)	(0,07026)

As notas explicativas são parte integrante da demonstração financeira

Deutsche Sparkassen Leasing Do Brasil S.A. - Sociedade De Arrendamento Mercantil

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Semestres findos em 30 de Junho de 2017 e de 2016

(Em milhares de Reais)

	Reservas de lucros			Lucros/Prejuízos acumulados	Total
	Capital	Reserva Legal	Reserva Estatutária		
Saldos em 31 de dezembro 2015	38.599	256	4.862	-	43.717
Prejuízo do semestre	-	-	-	(2.712)	(2.712)
Compensação do Prejuízo:					
Reserva legal	-	-	-	-	-
Reserva de lucros	-	-	(2.712)	2.712	-
Saldos em 30 de junho 2016	38.599	256	2.150	2.650	41.005
Saldos em 31 de dezembro 2016	38.599	256	604	-	39.459
Prejuízo do semestre	-	-	-	(624)	(624)
Compensação do Prejuízo:					
Reserva legal	-	-	-	-	-
Reserva de lucros	-	(20)	(604)	624	-
Saldos em 30 de junho de 2017	38.599	236	-	-	38.835

As notas explicativas são parte integrante da demonstração financeira

Deutsche Sparkassen Leasing Do Brasil S.A. - Sociedade De Arrendamento Mercantil

Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto

Semestres findos em 30 de Junho de 2017 e de 2016

(Em milhares de Reais)

	2017	2016
Atividades operacionais		
Prejuízo líquido antes do imposto de renda e contribuição social	<u>(911)</u>	<u>(2.663)</u>
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do semestre com o caixa gerado pelas atividades operacionais		
Provisão para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	182	94
Depreciação	5.160	1.284
Superveniência de depreciação	(6.300)	(130)
Imposto de renda - valores diferidos	(1.575)	(49)
Crédito tributário	1.916	
Contribuição social - correntes	(54)	
Prejuízo ajustado	<u>(1.582)</u>	<u>(1.464)</u>
(Aumento)/redução nos ativos operacionais	<u>13.161</u>	<u>49.083</u>
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	-	48.460
Operações de arrendamento mercantil	16.342	(55)
Outros créditos	(3.181)	678
Aumento/(redução) nos passivos operacionais	<u>1.583</u>	<u>(6.072)</u>
Outras obrigações	1.583	(6.072)
Caixa líquido proveniente/utilizado nas atividades operacionais	<u>13.162</u>	<u>41.547</u>
Atividades de investimento		
Aquisição de bens de uso	(19)	(1.178)
Aquisição de bens arrendados	(59.050)	(15.749)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	<u>(59.069)</u>	<u>(16.927)</u>
Atividades de financiamento		
Empréstimos	38.261	3.570
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	<u>38.261</u>	<u>3.570</u>
Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>(7.646)</u>	<u>28.190</u>
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do semestre	15.681	10
No fim do semestre	<u>8.035</u>	<u>28.200</u>
Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>(7.646)</u>	<u>28.190</u>

As notas explicativas são parte integrante da demonstração financeira

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Deutsche Sparkassen Leasing do Brasil S.A. - Sociedade de Arrendamento Mercantil (“Leasing” ou “Instituição”) é uma sociedade anônima de capital fechado, com prazo de duração ilimitado, constituída em 24 de julho de 2015 e autorizada pelo BACEN em 06 de outubro de 2015 através do Ofício 17022/2015. A integralização do capital foi realizada em 21 de outubro de 2015 (data de início das atividades).

A Instituição tem por objeto social a prática exclusiva de operações de arrendamento mercantil, observadas as disposições legais e regulamentares em vigor e a celebração de contratos de arrendamento mercantil iniciou-se em dezembro de 2015.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as normas e instruções expedidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e pelo Banco Central do Brasil (BACEN), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, com as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN somente quando por ele aprovadas.

Estas demonstrações financeiras e suas notas explicativas estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. As demonstrações financeiras do semestre findo em 30 de junho de 2017, foram aprovadas pela administração em 25 de agosto de 2017.

3 Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis são assim resumidas:

a. Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério pró-rata dia para aquelas de natureza financeira, incluindo efeitos de variações monetárias e cambiais sobre ativos e passivos indexados.

Não são apropriadas as receitas de operações de crédito que apresentem atraso igual ou superior a 60 dias no pagamento de parcela de principal ou encargos.

As receitas de natureza financeira são apropriadas pelo método exponencial.

As receitas relativas a operações em moeda estrangeira são apropriadas pelo método linear.

b. Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos, e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados “pro rata die” e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para ajustar o preço de realização dos ativos ao seu valor de mercado ou de realização. Os saldos realizáveis ou exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Os títulos classificados como títulos de negociação independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no curto prazo, conforme Circular BACEN 3068/01.

c. Apresentação das Demonstrações do Fluxo de Caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas pelo método indireto, conforme premissas estabelecidas pelo CPC 03, aprovadas pela resolução CMN 3604/08.

d. Redução do valor recuperável de ativos não monetários

É reconhecida uma perda por impairment se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por impairment são reconhecidas no resultado do período em que forem observadas. Os valores dos ativos não financeiros, exceto os créditos tributários, são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por impairment.

e. Caixa e equivalentes de caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros que são utilizados pela instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, cujos vencimentos sejam iguais ou inferiores a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

f. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez.

São avaliadas pelo custo de aquisição acrescido dos juros incorridos até as datas dos balanços e, quando aplicável, são ajustadas a valor de mercado.

g. Títulos e Valores Mobiliários

Conforme regras estabelecidas pela Circular nº 3068/01 do Banco Central do Brasil, os títulos e valores mobiliários são demonstrados pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábeis:

- (i) **Títulos para negociação** - Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, sendo que os rendimentos auferidos e o ajuste ao valor de mercado são reconhecidos em contrapartida ao resultado do período. Independentemente do prazo de vencimento, os títulos para negociação são classificados no ativo circulante.
- (ii) **Títulos mantidos até o vencimento** - Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.
- (iii) **Títulos disponíveis para venda** - Que não se enquadrem como para negociação nem como mantidos até o vencimento e são registrados pelo custo de aquisição com rendimentos apropriados ao resultado e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.

Em 30 de junho de 2017, a Instituição não possuía títulos e valores mobiliários em carteira.

h. Operações de arrendamento mercantil

As operações são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores.

A carteira de arrendamento mercantil é constituída exclusivamente por contratos celebrados ao amparo da Portaria nº 140/84, do Ministério da Fazenda, contabilizados de acordo com as normas estabelecidas pelo BACEN, conforme segue:

- **Arrendamentos a receber:** refletem o saldo das contraprestações a receber, atualizadas de acordo com índices e critérios estabelecidos contratualmente.
- **Rendas a apropriar de arrendamento mercantil e Valor Residual Garantido (VRG):** registrados pelo valor contratual, em contrapartida às contas de contraprestação de arrendamento mercantil e valor residual a balancear ambos apresentados pelas condições pactuadas. O VRG recebido antecipadamente é registrado em Outras Obrigações - Credores por Antecipação do Valor Residual até a data do término contratual. O ajuste a valor presente das contraprestações e do VRG a receber das operações de arrendamento mercantil financeiro é reconhecido como superveniência/ insuficiência de depreciação no imobilizado de arrendamento mercantil, objetivando compatibilizar as práticas contábeis. Nas operações que apresentem atraso igual ou superior a sessenta dias, a apropriação ao resultado passa a ocorrer quando do recebimento das parcelas contratuais, de acordo com a Resolução nº 2.682/99, do CMN.
- **Imobilizado de arrendamento** - O imobilizado de arrendamento, demonstrado ao custo de aquisição, é reduzido pela depreciação acumulada, calculada pelo método linear de acordo com o prazo do contrato, deduzido do valor residual garantido para as operações de arrendamento financeiro ou deduzido pelo prazo de vida útil estimada dos bens, para as operações de arrendamento operacional.
A depreciação do imobilizado de arrendamento é contabilizada no resultado de operações de arrendamento mercantil.
- **Superveniência e insuficiência de depreciação:** Os registros contábeis das operações de arrendamento mercantil são mantidos conforme exigências legais, específicas para esse tipo de operação. Em consequência, de acordo com a Circular BACEN nº 1.429/89, foi calculado o valor presente das contraprestações em aberto, utilizando-se a taxa interna de retorno de cada contrato, registrando-se uma receita ou despesa de arrendamento mercantil, em contrapartida às rubricas de superveniência ou insuficiência de depreciação, respectivamente, registradas no Ativo Permanente, com o objetivo de adequar as operações de arrendamento mercantil ao regime de competência. Consequentemente, a Instituição reconheceu no resultado do 1.o semestre de 2017 uma superveniência de depreciação líquida no valor de R\$ 6.300 (R\$ 130 em 2016). O saldo acumulado de superveniência de depreciação em junho de 2017 é de R\$ 7.665 (R\$ 197 em 2016). O prejuízo ao final do contrato, em função da opção de compra pelo arrendatário, é diferido e amortizado, contábil e fiscalmente, pelo prazo restante da vida útil do bem objeto do arrendamento.

- **Provisão para Operações de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa:**

A provisão para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa foi calculada em atendimento aos requisitos estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional - CMN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (máximo).

- i. **Imobilizado de uso e intangível**

Até Dezembro de 2016, o imobilizado foi registrado pelo custo de aquisição ou formação e depreciado pelo método linear, utilizando as taxas anuais de 10% para móveis, utensílios e instalações e 20% para sistema de processamento de dados.

A partir de Janeiro de 2017, atendendo à Resolução nº 4.535, de 24 de novembro de 2016, os novos imobilizados são reconhecidos pelo valor de custo, que compreende o preço de aquisição ou construção à vista, acrescido de eventuais impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra, demais custos diretamente atribuíveis necessários para colocar o ativo no local e condição para o seu funcionamento, e estimativa inicial dos custos de desmontagem e remoção do ativo e de restauração do local em que está localizado. Adicionalmente, a depreciação corresponde ao valor depreciável dividido pela vida útil do ativo, calculada de forma linear, a partir do momento em que o bem estiver disponível para uso, e reconhecida mensalmente em contrapartida à conta específica de despesa operacional. Considera-se vida útil, o período de tempo durante o qual a Deutsche Sparkassen Leasing do Brasil S.A espera utilizar o ativo.

- j. **Empréstimos**

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base “pro-rata” dia.

- k. **Imposto de renda e contribuição social diferidos**

A Resolução nº 3.059 de 31 de dezembro de 2002 e a Resolução nº 3.355 de 31 de março de 2006, do Conselho Monetário Nacional, determinam que a Instituição deve atender, cumulativamente, para registro e manutenção contábil de créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda, base negativa de contribuição social e aqueles decorrentes de diferenças temporárias, as seguintes condições:

- Apresentar histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social, no mínimo, em três exercícios dos últimos cinco exercícios sociais, incluindo o exercício em referência.
- Expectativa de geração de lucros tributáveis futuros para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, em períodos subsequentes, baseada em estudos técnicos que permitam a realização do crédito tributário em um prazo máximo de dez anos.
- A partir do primeiro semestre de 2017, a Instituição passou a constituir crédito tributário de imposto e renda (25%) sobre a diferença temporária relativa ao saldo de superveniência de depreciação apresentado no final do período.
- A Instituição não constituiu nos semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016 nenhum outro crédito tributário sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e demais diferenças temporárias.

1. Estimativas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e requerem que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação da realização da carteira de operações de arrendamento mercantil para determinação da provisão para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa e a valorização de instrumentos financeiros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Instituição revisa as estimativas e premissas a cada data de elaboração das demonstrações financeiras.

4 Disponibilidades

	30/06/2017	30/06/2016
Bancos Conta Movimento	152	82

5 Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	30/06/2017	30/06/2016
Certificado de Depósito Interbancário - CDI	7.883	-	7.883	28.118

Valor relativo a aplicações interfinanceiras de liquidez e vencimento imediatos junto ao Banco Itaú-Unibanco, com taxas entre 98% e 100% da variação CDI (entre 70% e 99% em 2016).

6 Operações de arrendamento mercantil

O saldo dos contratos de arrendamento mercantil é representado pelo seu respectivo valor presente, apurado pela taxa interna de retorno de cada contrato e acrescidos das contraprestações faturadas e não pagas. Esses valores em atendimento às normas do Banco Central do Brasil são apresentados em diversas contas patrimoniais e somam:

Descrição	30/06/2017	30/06/2016
Arrendamento Financeiro	79.026	16.133
Arrendamentos a Receber	71.947	18.808
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(71.800)	(18.753)
Valores Residuais a Realizar	29.425	3.785
Valores Residuais a Balancear	(29.425)	(3.785)
Imobilizado de Arrendamento - Bens Arrendados	102.424	19.662
Imobilizado de Arrendamento - Depreciação Acumulada	(8.824)	(1.177)
Superveniência de Depreciação	7.665	197
Credores por Antecipação de VRG	(22.386)	(2.604)
Total da Carteira de Arrendamento	79.026	16.133

a. Composição da Carteira por Setor de Atividade:

Setor Privado	Parcelas a Vencer até 3 Meses	Parcelas a Vencer entre 3 e 12 Meses	Parcelas a Vencer Acima de 12 Meses		
				30/06/2017	30/06/2016
Indústria	6.135	12.575	36.804	55.514	-
Comércio	507	1.086	2.476	4.069	-
Serviços	2.328	4.089	13.026	19.443	16.133
Total	8.970	17.750	52.306	79.026	16.133

b. Concentração de Crédito

	30/06/2017		30/06/2016	
	Valor	% da Carteira	Valor	% da Carteira
10 Maiores Devedores	52.238	66%	14.373	89%
20 Maiores Seguintes	19.774	25%	1.760	11%
Demais Devedores	7.014	9%	-	-
Total	79.026	100%	16.133	100%

c. Composição da Carteira por tipo de equipamento

Descrição	30/06/2017	30/06/2016
Máquinas e equipamentos	45.957	15.169
Veículos e afins	33.069	964
Total	79.026	16.133

d. Composição da Carteira por moeda e indexador

Descrição	30/06/2017		30/06/2016	
	Valor	%	Valor	%
Contratos em reais prefixados	51.712	65%	12.562	78%
Contratos em euros prefixados	27.314	35%	3.571	22%
Total	79.026	100%	16.133	100%

7 Provisão para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa

O risco dos saldos a valor presente da carteira de arrendamento mercantil e a provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa, como requerido pela Resolução CMN nº 2682/99, em 30 de junho de 2017 estavam assim distribuídos:

Nível de Risco	% Provisão Requerida	Valor Presente da Carteira	30/06/2017 Valor da Provisão	Valor Presente da Carteira	30/06/2016 Valor da Provisão
AA	0,0%	40.287	-	1.463	-
A	0,5%	31.392	157	9.157	46
B	1,0%	6.368	64	5.029	50
C	3,0%	815	24	484	15
D	10,0%	96	10	-	-
H	100,0%	68	68	-	-
Total		79.026	323	16.133	111

Movimentação da provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa

Descrição	30/06/2017	30/06/2016
Saldo Inicial	141	17
Constituição Líquida de provisão	182	94
Baixa para Prejuízo	-	-
Saldo Final	323	111

A Instituição não teve créditos recuperados, baixas para prejuízo ou contratos renegociados, nos semestres findos em 30/06/2017 e 30/06/2016.

8 Outros créditos

Descrição	30/06/2017	30/06/2016
Adiantamentos por Conta de Imobilizações (a)	2.922	2.476
Créditos Tributários (b)	1.916	-
Impostos a Compensar	270	45
Locadora DL do Brasil	86	-
Outros	355	129
Total	5.549	2.650
Curto Prazo	4.258	2.650
Longo Prazo	1.291	-

- (a) Adiantamentos a fornecedores por conta de contratos de arrendamento que ainda não foram iniciados.
- (b) Crédito tributário de imposto de renda (25%) constituído sobre o saldo de Superveniência de Depreciação.

9 Imobilizado de arrendamento

Descrição	Custo de Aquisição	Depreciação Acumulada	30/06/2017	Custo de Aquisição	Depreciação Acumulada	30/06/2016
			Valor Contábil			Valor Contábil
Máquinas e Equipamentos	61.231	(7.518)	53.713	18.457	(1.161)	17.296
Veículos	41.193	(1.306)	39.887	1.205	(16)	1.189
Superveniência de Depreciação	-	-	7.665	-	-	197
Total	102.424	(8.824)	101.265	19.662	(1.177)	18.682

A depreciação é calculada em função dos prazos dos contratos de arrendamento e baseada no valor residual estimado dos bens ao final dos contratos.

10 Imobilizado de uso

Descrição	Custo de Aquisição	Depreciação Acumulada	30/06/2017	Custo de Aquisição	Depreciação Acumulada	30/06/2016
			Valor Contábil			Valor Contábil
Instalações	735	(200)	535	750	(55)	695
Móveis e Equipos	283	(41)	242	257	(13)	244
Equipos de Informática	100	(82)	18	86	(7)	79
Veículos	873	(259)	614	786	(92)	694
Software	289	(26)	263	290	(24)	266
Total	2.280	(608)	1.672	2.169	(191)	1.978

11 Obrigações por empréstimos e financiamentos

Descrição	Até 3	De 3 a 12	Acima de	30/06/2017	30/06/2016
	Meses	Meses	12 Meses	Total	Total
Empréstimos - No País (a)	1.505	4.335	15.970	21.810	-
Empréstimos - No Exterior (b)	1.365	4.055	20.025	25.445	3.570
Total	2.870	8.390	35.995	47.255	3.570

- (a) Valores captados no país em moeda nacional, prefixados à taxa média efetiva de 13,07% a.a. e vencimento final em junho de 2022.
- (b) Empréstimos captados, no exterior, em Euros, junto à Deutsche Leasing Funding B.V. com juros pré-fixados variando entre 0,86% e 1,20% a.a. (0,79% e 1,20% a.a. em 2016) e com vencimento final em fevereiro de 2024 (junho de 2021 em 2016).

12 Outras obrigações

a. Fiscais e previdenciárias

Descrição	30/06/2017	30/06/2016
Imposto de Renda e Contribuição Social	54	-
Provisão para Imposto de Renda Diferido (a)	1.916	49
Impostos e contribuições s/salários	122	204
COFINS a Pagar	32	19
ISS a Pagar	33	13
Outros	11	10
Total	2.168	295
Curto Prazo	877	246
Longo Prazo	1.291	49

(a) Provisão do imposto de renda sobre o saldo de Superveniência de Depreciação.

b. Diversas

Descrição	30/06/2017	30/06/2016
Fornecedores	999	2.593
Despesa com Pessoal	529	668
Adiantamento de Clientes	3.941	577
Credores por Antecipação de Valor Residual	22.386	2.604
Serviços de terceiros	210	-
Outros	56	3
Total	28.121	6.614
Curto Prazo	5.735	4.010
Longo Prazo	22.386	2.604

13 Patrimônio líquido

a. Capital social

O Capital Social é de R\$ 38.599 e está representado por 38.598.986 ações ordinárias, totalmente subscritas e integralizadas, como segue:

Acionista	Participação %	Nro.ações	Valor integralizado
Deutsche Sparkassen Leasing Ag &Co Kg	95	36.669.036	36.669
Deutsche Objekt Leasing GmbH	5	1.929.950	1.930
Total	100	38.598.986	38.599

b. Reservas de lucros

A reserva legal deve ser constituída obrigatoriamente a base de 5% sobre o lucro líquido do período, limitado a 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital.

O saldo das reservas estatutárias é oriundo de lucros após as destinações legais e será destinado preponderantemente para futuros aumentos de capital, ou ainda para compensação de prejuízos, consoante o que determina o parágrafo único do art.189 da Lei 6.404/76.

c. Dividendos

A previsão estatutária de distribuição mínima obrigatória de dividendos é de quantia não inferior a 25% do lucro líquido ajustado do exercício, de acordo com o art.202 da Lei 6.404/76. No exercício de 2016 não houve distribuição de dividendos.

14 Partes relacionadas

As partes relacionadas da Instituição podem ser assim consideradas: os administradores, os membros do conselho deliberativo e diretoria executiva, assim como pelos membros do conselho de administração, cujas atribuições e responsabilidades estão definidas no estatuto social da Instituição, seus familiares próximos, parentes e empresas do grupo controlador.

Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas são efetuadas com prazos e taxas usuais de mercado. O resultado e o saldo de operações com parte relacionadas estão divulgados de acordo com as normas estabelecidas pela Resolução CMN 3750/2009, e apresentam a seguinte composição :

Descrição	Ativos/(Passivos)		Receitas/(Despesas)	
	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
Obrigações Por Empréstimos no Exterior				
Deutsche Leasing Funding B.V. (nota 11)	(25.445)	(3.570)	(2.969)	358
Outros Créditos				
Locadora DL do Brasil	86	-	325	-

a. Remuneração dos empregados e administradores

De acordo com o Estatuto Social da Instituição, é de responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixarem o montante global da remuneração anual dos administradores. Os gastos com remuneração dos administradores e gerência da Instituição totalizaram R\$ 762 no primeiro semestre de 2017 (R\$ 769 no primeiro semestre de 2016).

15 Composição das principais contas de resultado

a. Resultado de arrendamento mercantil

Descrição	30/06/2017	30/06/2016
Resultado de operações de arrendamento mercantil	13.377	1.923
Rendas de arrendamento - rec. interno	5.899	1.379
Rendas de arrendamento - rec. externo	830	415
Superveniência de depreciação	6.648	129
Operações de arrendamento mercantil	(6.415)	(1.546)
Depreciação de Bens Arrendados	(4.947)	(1.109)
Insuficiência de Depreciação	(348)	-
Varição Cambial	(1.115)	(414)
Outras despesas de arrendamento	(5)	(23)
Resultado Líquido da Operação de Arrendamento Mercantil	6.962	377

b. Resultado de títulos e valores mobiliários

Descrição	30/06/2017	30/06/2016
Rendas com LFT's	-	1.776
Rendas aplicações interfinanceiras de liquidez	521	479
Total	521	2.255

c. Despesas com pessoal

Descrição	30/06/2017	30/06/2016
Salários	1.122	1.434
Encargos trabalhistas	542	854
Férias e 13.o salário	437	683
Assistência Médica e Odontológica	270	236
Seleção e treinamento	8	111
Outras despesas de pessoal	150	185
Total	2.529	3.503

d. Outras Despesas Administrativas

Descrição	30/06/2017	30/06/2016
Aluguéis e Condomínio	420	243
Manutenção e conservação	37	24
Processamento de dados	230	117
Serviços do sistema financeiro	131	57
Serviços de terceiros	51	256
Serviços técnicos especializados	749	798
Despesas de transportes	58	54
Despesas com publicações	43	5
Outras despesas administrativas	175	157
Total	1.894	1.711

e. Despesas tributárias

Descrição	30/06/2017	30/06/2016
ISS	135	29
PIS	31	20
COFINS	189	124
Total	355	173

f. Outras Receitas Operacionais

Descrição	30/06/2017	30/06/2016
Ressarcimento de despesas	333	-
Descontos obtidos	138	18
Outras	42	13
	513	31
Total	513	31

16 Outras informações

- a. A Instituição não realizou operações com instrumentos financeiros derivativos nos semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016.
- b. Ativos e Passivos Contingentes - A Instituição não tem conhecimento de contingência passiva classificada com risco de perda provável ou possível. Dessa forma não há provisão constituída para passivos contingentes no semestre findo em 30 de junho de 2017, e não há causas a serem divulgadas nas demonstrações financeiras.
- c. A administração da Instituição declara que não tem conhecimento de eventos subsequentes que tenham efeitos financeiros relevantes na demonstração financeira do semestre findo em 30 de junho de 2017.
- d. A Instituição está obrigada a manter requerimentos mínimos de capital compatíveis com os níveis de risco de suas atividades, de acordo com a regulamentação do Banco Central do Brasil, em linha com as diretrizes do Comitê da Basileia, de maneira a manter a relação entre o patrimônio de referência (PR) e o montante de ativos ponderados pelo risco (RWA) igual ou superior a 9,25%. O índice de Basileia calculado para o semestre findo em 30 de junho de 2017 é de 37,44% para o índice básico e 27,55% para o índice amplo; em junho de 2016 os índices eram de 92,14% e 74,56% respectivamente.
- e. A administração de Instituição considera fundamental a avaliação dos riscos para a tomada de decisão, e para esse fim, conta com uma estrutura de gerenciamento de riscos constituída de acordo com sua natureza e grau de complexidade de seus negócios. As definições de limites e aprovações dos riscos assumidos são definidos em comitê com participação efetiva dos administradores. Outras práticas incluem a segregação de atividades entre as áreas de negócios e controles, bem como o envolvimento de todas as áreas quando da implantação de novos produtos, e a independência de informações dessas áreas com o processo a operacionalizar. Os principais riscos gerenciados são:
 - i. **Riscos Operacionais:** Conforme Resolução CMN 3380/2006, a Instituição considera risco operacional a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas, sistemas ou de eventos externos. A estrutura de controle de riscos operacionais visa identificar, avaliar, monitorar, testar e mitigar os riscos aos quais a Instituição possa estar exposta, através do comitê de riscos operacionais, atuando de forma corretiva e preventiva, evitando a ocorrência ou reincidência de falhas.

- ii. **Riscos de Mercado:** Trata-se das perdas potenciais em razão das oscilações das taxas e cotações de mercado que precificam os instrumentos financeiros pertencentes à carteira da Instituição. A gestão de riscos de mercado compreende o conjunto de procedimentos que buscam mensurar e controlar as exposições intrínsecas a cada operação e são monitorados pela Tesouraria, sendo revistos em bases anuais.
- iii. **Riscos de Liquidez:** A Instituição monitora, controla e reporta possíveis descasamentos de fluxos de caixa ou oscilações de mercado que possam comprometer a solvência da Instituição. Estas informações são encaminhadas para as áreas de negócios e para a administração, e suportam o planejamento de liquidez da Instituição. As principais variáveis utilizadas para a análise são: disponibilidade de caixa, níveis de caixa mínimo e projeção de fluxos de caixa.
- iv. **Riscos de Crédito:** De acordo com a Resolução 3721/2009, o risco de crédito pode ser considerado como a expectativa de perda financeira decorrente da deterioração na possibilidade do cumprimento de obrigações contratuais dos parceiros comerciais da Instituição, geradas por mudanças inesperadas na saúde financeira de um tomador de crédito, e suas implicações, tais como a desvalorização do contrato devido à deterioração na classificação de rating do cliente, ou variações nos indicadores e moedas associadas às flutuações de mercado e seus impactos nas operações associadas. A administração monitora e controla a exposição ao risco de crédito de forma independente das áreas de negócio, definindo o nível de provisionamento das operações de crédito de forma a antecipar as perdas projetadas para a carteira da Instituição.
- f. A Instituição não tem por política oferecer plano de pensão e/ou quaisquer tipos de benefícios pós-emprego ou remuneração baseada em ações aos seus funcionários.

* * *

Renato Di Chiara
Diretor Presidente

Matheus Canhoto Gera
Diretor Vice-Presidente

Ubiratan Dantas Felizatto
Contador
CRC 1SP143431/O-3